

Caso Marielle

Deputado enviou R\$ 11,6 mi a ONGs suspeitas e para 'capacitar mulheres'

Entidades favorecidas por Brazão têm ligação entre si; do total de recursos, R\$ 6,3 milhões visavam ao combate à violência doméstica

TÁCIO LORRAN
BRASÍLIA

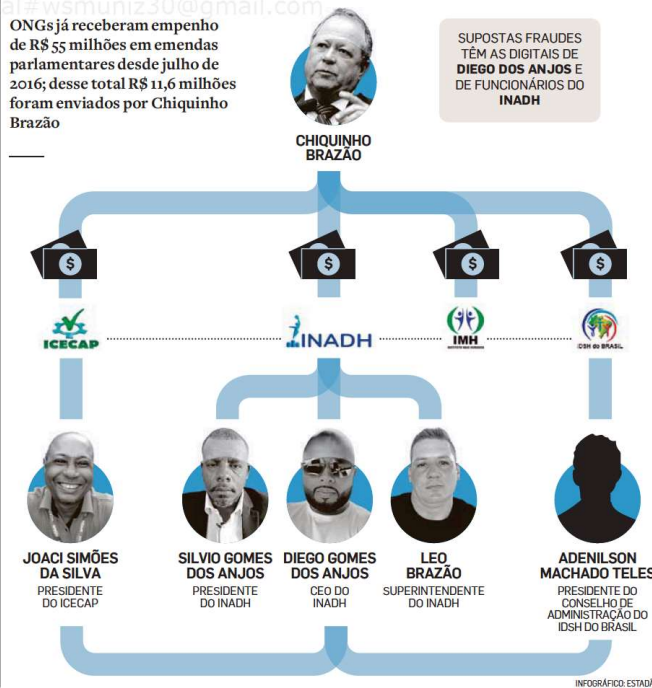
Apontado pela Polícia Federal como mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco, o deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) destinou R\$ 11,6 milhões em emendas parlamentares a organizações não governamentais (ONGs) sob suspeita de fraudes em licitações. Maior parte desse dinheiro, cerca de R\$ 6,3 milhões, foi destinada para ações de capacitação de mulheres que visam combater a violência doméstica.

Esses recursos foram repassados pelo governo federal entre 2019 e 2023 para quatro ONGs com sede no Rio de Janeiro. Oficialmente, os projetos buscam capacitar moradoras de cidades fluminenses como cabeleireiras, designers de sobancelha, cozinheiras, pedreiras, eletricitistas e cuidadoras de idosos. Em relatório, a Controladoria-Geral da União (CGU) aponta que duas das quatro ONGs se envolveram em processo fraudulento para executar serviços custeados com dinheiro público federal.

Procurado por meio de sua assessoria, Chiquinho Brazão não se manifestou. O deputado está preso após ser acusado de mandar matar Marielle. O assassinato tem sido visto como "feminicídio político". O dirigente da principal ONG nega qualquer irregularidade. Ao longo das últimas duas sema-

EMENDAS DE CHIQUELHO BRAZÃO

ONGs já receberam empenho de R\$ 55 milhões em emendas parlamentares desde julho de 2016; desse total R\$ 11,6 milhões foram enviados por Chiquinho Brazão



nas, o *Estadão* analisou contratos, licitações e documentos vinculados às emendas de Brazão. Os registros revelam ligação entre as ONGs favorecidas pelo deputado e ainda indicam uso de documentos forjados para simular uma concorrência entre as empresas.

O modelo de transferência de recursos patrocinado por Brazão começa com a apresentação de emendas ao Orçamento

to. No texto da emenda, o deputado já escreve o nome da ONG que deve receber o dinheiro público. Os recursos foram repassados por intermédio dos Ministérios dos Esportes e da Mulher.

Para executar os serviços de assistência para mulheres, expressão usada na emenda do deputado, a ONG é obrigada a fazer uma licitação já que o dinheiro é público e deve haver

garantia de que a empresa contratada executará a ação pelo menor preço.

SIMULADA. No caso das ONGs escolhidas por Brazão, os documentos das licitações têm indícios de irregularidade. Ao analisá-los, o *Estadão* encontrou registros de que um mesmo concorrente fabricou propostas em nome de terceiros para simular disputa pela execução

do serviço. As empresas escolhidas são geridas por amigos ou registradas em nomes de laranjas ligados aos dirigentes das ONGs. As quatro ONGs indicadas por Brazão são: Instituto Nacional de Desenvolvimento Humano (Inadh), Instituto de Desenvolvimento Social e Humano (IDSH do Brasil), Instituto Cultural, Educacional e de Capacitação Profissional (Icecap) e Instituto Mais Humanos (IMH).

CGU

Relatório do ano passado da Controladoria-Geral da União já identificava superfaturamento

Um relatório da CGU, revelado em julho do ano passado pelo *Estadão*, já havia identificado indícios de direcionamento e de superfaturamento em quatro convênios realizados pelo Inadh e pelo IDSH do Brasil. O órgão levantou um prejuízo de, pelo menos, R\$ 2,5 milhões aos cofres públicos. A auditoria foi enviada para investigação da Polícia Federal em razão da gravidade dos crimes. O *Estadão* apurou que as outras duas entidades – IMH e Icecap – também usam o mesmo modus operandi e estão ligadas às mesmas pessoas.

HOMENAGEADO. As suspeitas de fraudes envolvem Diego dos Anjos, que se apresenta como CEO do Inadh. Trata-se de um empresário nascido no Rio de Janeiro e que atua há quase duas décadas no terceiro setor. Ele tem fotos com Chiquinho Brazão e já foi homenageado pela família na Câmara Municipal do Rio.

“No primeiro mês de mandato do Chiquinho Brazão, quando eu nem imaginava que seria vereador, procurei o Diego e falei que trabalharíamos com a ONG dele. Eu procurei e a oportunidade veio com mandato do deputado Chiquinho Brazão”, disse o vereador Waldir Brazão, em dia 8 de outubro de 2021. ●

Entidades negam irregularidades; assessoria de Brazão não responde

A assessoria do deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) não respondeu aos questionamentos do *Estadão*.

Procurado, Diego dos Anjos, CEO do Inadh, negou a prática de quaisquer irregularidades, dizendo seguir à risca o disposto na lei que regula as associações entre governos e ONGs. Ele afirmou que já apresentou sua defesa à Controladoria-Geral da União. O empresário admitiu que presta “consultorias informais” para o IDSH do Bra-

sil, o Icecap e o Instituto Mais Humanos. Negou, porém, que existam documentos falsificados, apesar de as próprias empresas dizerem o contrário.

“Não sou eu que faço o processo licitatório, mas não se trata de documentos falsos. O que acontece é que a empresa às vezes cria expectativa de fornecer e, quando perde a licitação, o dono fica chateado e fala essas coisas”, disse. “Descobri essa informação de ter criado os documentos.”

As empresas vencedoras das licitações têm fortes ligações com o CEO do Inadh. Estão registradas em nomes de supostos laranjas ou de amigos do empresário. A Agência Brado e a FEG Consultoria pertencem, por exemplo, ao contabilista Márcio César. Nas redes sociais, Diego tem fotos com César, a quem compara a um irmão.

Já a TG Serviços e Consultoria é de Tiago Galante, que também é amigo de Diego, e o criador do site do Icecap. Uma das

empresas que estão em nomes de laranja é a Globo Soluções Tecnológicas, que, no papel, pertence a Sara Vicente Bibiano. Ela foi beneficiária do auxílio emergencial, recebendo 16 parcelas durante a pandemia, e integrou o Conselho Fiscal do Inadh até setembro de 2021. “A empresa não aparenta ter infraestrutura operacional para prestar os serviços contratados. Não possui funcionários e os endereços oficiais são residenciais, em locais de difícil acesso”, relatou a CGU. A empresa já recebeu ao menos R\$ 11 milhões das ONGs. Sara não foi localizada pelo jornal. Outra empresa que ganhou subcontratos no âmbito desses convênios é a Atitude Con-

sultoria. Ela pertence a Stephany dos Santos Lopes, filha de Estefânia Silva – funcionária do IDSH do Brasil.

Suspeita de 'laranjas' A rede de ONGs inclui beneficiários do auxílio emergencial e amigos de um dos empresários

Ao *Estadão*, Diego dos Anjos reconheceu Márcio César e Tiago Galante como amigos, mas disse que não há crime nisso. “Tenho uma capacidade técnica muito grande.” Todas as entidades foram procuradas pela reportagem, mas não se manifestaram. ● T. L.